

**MOBILIDADE COMPULSÓRIA E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS MOÇAMBICANOS NA “ESCOLA
DA AMIZADE” DE STASSFURT - REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA ALEMÃ**

Igor Viana Müller

Resumo: A partir de relatos de educadores e professores e outros colaboradores (espiões) redigidos pelos funcionários do Ministério de Segurança (“Stasi”) das delegacias de Magdeburg, derivamos os constrangimentos corporais e subjetivos, bem como os legislativos, territoriais e semânticos, que acometeram os alunos moçambicanos enviados para formação técnico-científica e humana (instauração do *homem novo*) na “Escola da Amizade”, em Stassfurt, como diretriz dos projetos ideológico-nacionais empreendidos entre a República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique. Os alunos eram incentivados a participar de grupos juvenis de engajamento que promoviam discussões da política e do socialismo e projetos sociais e de cooperação entre as nações e os países, visando reforçar a cultura do trabalho como veículo da solidariedade e da cidadania. Este trabalho faz parte do primeiro estágio de uma pesquisa de iniciação científica.

Palavras-chave: formação profissional, República Democrática Alemã, República Popular de Moçambique

Abstract: From reports of educators and teachers and other employees (spies) drafted by officials of the Ministry of Security ("Stasi") of Magdeburg precincts, we derive the bodily and subjective constraints, as well as the legislative, territorial and semantic ones, which affected the Mozambican students sent to technical-scientific and human (introducing the *new man*) formation in the "School of Friendship", in Stassfurt, as a guideline of ideological-national projects undertaken between the German Democratic Republic and the People's Republic of Mozambique. The students were encouraged to participate in engagement youth groups that promoted discussions on policy and socialism and social projects and cooperation among nations and countries, to strengthen the work culture as a vehicle of solidarity and citizenship. This text is part of the first stage of an undergraduate research.

Keywords: vocational training, German Democratic Republic, People's Republic of Mozambique

Introdução

Com a independência do estado de Moçambique, em 1975, a saída abrupta e massiva dos portugueses que haviam preenchido a maior parte da administração e do aparelho econômico deixou um vazio que deveria ser ocupado pela Frente pela Libertação de Moçambique, doravante FRELIMO, mas as mudanças operadas pelo sistema português no fim do período colonial não foram suficientes para criar uma elite preta. Na época da independência, Moçambique contava com 90% de analfabetismo e um número reduzido de técnicos e pessoas com formação superior, preparadas para ocupar os lugares deixados pelos portugueses. (GUERRA, 2009)

Em 1977, a FRELIMO realizou seu terceiro congresso e declarou-se marxista-leninista, definindo o caminho centralmente planejado como modelo de desenvolvimento para a nação em construção. Dentre os países socialistas daquele período, a República Popular da China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas apresentavam, respectivamente, bases econômicas – rural e operária – dificilmente aplicáveis a Moçambique. Assim, a República Democrática Alemã, que naquele momento constituía-se uma das maiores economias do mundo socialista, foi vista como um modelo

ideal e, sobretudo, como uma parceira estratégica para a implementação do projeto de desenvolvimento que o partido idealizara, principalmente, pelo seu líder naquele momento: Samora Machel.

A estratégia econômica preconizada pela FRELIMO se assentava na modernização rural a partir da coletivização das unidades de produção agrícolas tradicionais (*machambas*), incentivando a mecanização do processo produtivo, no qual o Estado passava a fazer a acumulação (COLAÇO: 2001), em tentativa de inverter o processo de exploração colonial dos portugueses. Com a introdução do camponês no processo produtivo mecanizado, além das atividades de mineração, a FRELIMO inscrevia em seu discurso unificador da nação o método segundo o qual o sujeito precário é colocado em situação de descobrir a consciência de classe necessária para tornar-se sujeito da transformação socialista esperada (GUERRA, 2009).

A independência de Moçambique levou a África do Sul a diminuir o fluxo de trabalhadores moçambicanos às minas do país austral, bem como a cancelar unilateralmente a “Gold-option” - forma como estavam estipulados os acordos em torno dos salários dos trabalhadores moçambicanos ocupados nas minas do Transvaal.

A jovem república não provia de capacidade industrial que abarcasse a mão de obra excedente, e a opção por enviá-la à RDA,

inicialmente recusada, mostrou-se como uma alternativa econômica e social mais viável. Desta feita, em 1979, foi assinado o acordo de “amizade e cooperação” entre as duas repúblicas, o qual significou, entre outros, o envio sistemático de moçambicanos para formação técnico-profissional no país europeu. Nesta nova migração se destacaram dois tipos de enviados: um contingente de jovens entre 18 e 25 anos para formação e trabalho nas fábricas alemãs, com caráter contingencial para poder preparar uma mão de obra que estivesse à altura dos projetos de industrialização pensados nos acordos assinados entre os dois países; um contingente de crianças entre 8 e 12 anos enviados para a “Escola da Amizade”, projeto que visava formar, sobretudo, quadros políticos, mas, também, técnico-profissionais que pudessem ser ocupados, depois, nas fábricas idealizadas em solo moçambicano, por este projeto de desenvolvimento em parceria.

Pelo lado dos enviados, para muitos, migrar fazia parte do imaginário das suas comunidades, e estava integrado a algumas dinâmicas e contingências pessoais, como era o caso da migração para trabalho nas minas do outro lado da fronteira. Certamente estas dinâmicas e circunstâncias pessoais eram mais importantes do que os motivos econômicos e ideológicos instalados nas diretrizes do Estado. Mesmo assim, muitos deles encararam o recrutamento compulsório

como análogo ao serviço militar patriótico. Aurélio Simango, um dos enviados a estudo na RDA, narrava a sensação da viagem:

Trata-se, de fato, de uma subgeração do grande movimento dos respondentes aos diferentes chamamentos da Pátria, outrora, mais bem Amada e querida. Era o chamamento para o exército, o chamamento para a educação, o chamamento para a formação. Enfim, a Pátria chamava por tudo e por todos, não tivesse ela sido deixada naquela necessidade toda. (ICMA, 2005)

Por sua vez, a República Democrática Alemã tinha como parceiros estratégicos em África a Etiópia e Angola (DÖRING, 1999), todavia, estas não gozavam da unidade ideológico-partidária da FRELIMO daquele momento. Pela sua condição de país socialista, embora com uma economia forte, a RDA sofria com as trocas internacionais. Nações do chamado, à época, Terceiro Mundo forneciam as matérias-primas às nações manufatureiras, destacando-se carvão, têxteis, algodão, café e trigo (DÖRING & RÜTSCHEL, 2005).

A “Escola da Amizade”: a construção do *Homem Novo*

A Escola da Amizade foi um acordo empreendido entre os partidos políticos governantes da República Democrática Alemã e da

República Popular de Moçambique. O acordo previa o intercâmbio estudantil e profissionalizante para a formação de quadros políticos e técnico-profissionais. Esta situação, na leitura do partido FRELIMO, colaboraria para acabar com a alienação das pessoas. A alienação seria oriunda das bases étnicas, arraigadas em uma tradição perpassada pelo colonialismo. A intenção seria formar quadros dinamizadores na construção de um país baseado em diretrizes modernas, racionalistas e científicas.

No período de 1980 a 1988, mais de 21.000 moçambicanos foram enviados à Alemanha Oriental, como parte do primeiro tipo de contingente. Da mesma forma, foram enviados mais de 800 crianças entre 8 e 12 anos para a formação, referida mais acima, na Escola da Amizade.

A pesquisa focou especificamente o período e os assuntos referentes à estadia dos aprendizes moçambicanos na Escola da Amizade, no município de Stassfurt. Distrito de Magdeburg, estado de Saxônia-Anhalt. A investigação tomou como fonte cerca de 300 documentos do arquivo do Ministério da Segurança do Estado (Ministerium für Staatsicherheit, a “Stasi”) da República Democrática Alemã, da delegacia do distrito de Magdeburg. Os documentos, datilografados, cujos nomes foram borrados, em proteção judicial de

seus envolvidos, são relatórios elaborados por funcionários da “Stasi” a partir das informações dos educadores, professores e colaboradores não oficiais (os “informantes”).

A não identificação dos sujeitos nos documentos consultados faz parecer estarmos tratando genericamente dos fatos ocorridos, mas não nos impede de verificar os constrangimentos corporais e morais, bem como os legislativos, territoriais e semânticos que acometeram estes sujeitos e que geralmente são pouco explorados quando a história é baseada apenas em suas categorias tradicionais (GUERRA, 2009). Os relatos evidenciam os constrangimentos e ambivalências entre o projeto modernizador, de ímpeto doutrinário, e a construção das subjetividades, tanto dos aprendizes, quanto dos educadores, professores e cidadãos.

Aparte dos princípios morais e filosóficos de suas lideranças, tanto a RDA (1949-1990) quanto a RPM – República Popular de Moçambique (1975-1987) – eram governadas por partidos que policiavam a unidade epistemológica e doutrinária de seus membros, e, portanto, unilaterais em suas decisões, e jamais foi prescindido o caráter econômico de seus acordos. As políticas ideológicas também tinham como comum fim resolver problemas de legitimidade governamental com seus próprios cidadãos, dentro de suas próprias fronteiras, em ambos os países.

Nominalmente, a formação na Escola da Amizade visava, além da aprendizagem técnica e da língua alemã, sobretudo, a “desalienação colonial” através da cultura do trabalho e da doutrina do socialismo. Os alunos eram incentivados a participar de grupos juvenis de engajamento que promoviam discussões da política e de construção do socialismo e projetos sociais e de cooperação entre as nações e os países, visando reforçar a cultura do trabalho como veículo de emancipação, solidariedade e de cidadania.

Partindo desta constatação, o foco da pesquisa foi o processo de construção dessas subjetividades, centrando a atenção no estranhamento que provocou essa experiência tanto para os alunos como para seus tutores. A discussão, além de centrar a atenção nos relatórios oficiais, dedicou particular zelo aos relatos de memória dos sujeitos envolvidos nessa experiência. Procurou-se identificar e compreender os problemas de convivência intercultural. Observando as suas construções semântica e linguística, por um lado, e nos silêncios e omissões nos estatutos legislativos, jurídicos, políticos e ideológicos, por outro.

O que se pretendeu fazer através dos comandos pedagógico-militares, progressistas e desenvolvimentistas contrastou com o que de fato veio a acontecer nas relações reais entre os indivíduos, no seio destas relações marcadamente assimétricas. Os alunos foram aportados

inicialmente com idades entre 8 e 12 anos. As dificuldades de adaptação incluíram o condicionamento ao novo clima, à convivência com os próprios colegas, embora do mesmo país, advindos de regiões e estruturas originárias diversas, à nova língua, à ordem, às regras do internato e à disciplina nas aulas.

Na adolescência, os alunos recebiam quantias em dinheiro para aprenderem a cultivar as finanças. Muito dos habitantes da pequena cidade alemã nunca tinham visto pessoas de pele preta, e a entrada em grupo dos aprendizes da escola em estabelecimentos comerciais teria provocado sobressalto a muitos cidadãos alemães. Estes constrangimentos por parte dos cidadãos alemães foram relatados em conferências municipais e, também, nos documentos, que discutiam as visões dos moradores acerca da escola e de seus aprendizes. Na transcrição de tais reuniões, há uma diferença categórica entre os alemães, descritos como cidadãos (*Bürger*), e os imigrantes, como aprendizes, visitantes, trabalhadores estrangeiros (*Fremdearbeiter*) ou trabalhadores contratuais (*Vertragsarbeiter*).

Outrossim, os alunos relatavam insatisfação com a forma de tratamento recebida nas lojas. Eles demonstravam fascínio pelas mercadorias e desejavam consumir mais, chegando mesmo a tentar negociar as frutas destinadas à alimentação, em troca de dinheiro ou

mercadorias. Os documentos informam o esforço de educadores e professores em disciplinar os alunos, ensinando o valor simbólico do dinheiro, e de que ele é fruto do trabalho. São discriminados problemas como o consumo de tabaco e bebidas alcoólicas e outros hábitos “pequeno-burgueses” - no jargão dos informantes e escrivães -, como conseguir dinheiro ocidental, roupas ocidentais e falar em inglês – segundo os estudantes, útil para “fazer dinheiro” na África do Sul. O esforço pedagógico também incluía a “desalienação colonial” e a informação dos fatos ocorridos no país natal, que passava por uma destrutiva guerra civil e constantes tensões com a vizinha África do Sul.

Na juventude, os alunos que receberam formação técnica profissionalizante e, ainda na RDA, passaram por estágios em setores da infraestrutura de diversas cidades e no campo. Os documentos denotam, a partir de então, problemas de indisciplina: alunos que se envolveram em agressões verbais e físicas aos colegas, educadores e professores, e danos à infraestrutura da escola. A convivência com alunos alemães de outras escolas suscitou discussões de ordem nacional e racial. Os conflitos internos eram somados às notícias vindas de Moçambique – o avanço da guerra civil, a preocupação com seus parentes e conterrâneos na terra natal e o futuro econômico e profissional incerto que os alunos enfrentariam. Embora as moças

europeias se mostrassem mais ousadas com relação aos moçambicanos, as mulheres moçambicanas eram impedidas pelos seus próprios nacionais de se relacionarem, e muitas, as vindas do norte de Moçambique, eram muçulmanas - o que não impedi que muitas voltassem grávidas.

Destacam-se aqui as emanações dos conflitos provenientes de ressentimento advindo da frustração do desejo sexual e afetivo, como pelo desejo de consumo, por ambas as nacionalidades. As gerações de estudantes iam à Alemanha na mesma faixa etária que as gerações anteriores costumavam ir a trabalho nas minas da África do Sul, uma idade de descobertas, do poder criativo e sexual, que acarreta em decisões que selam o futuro dos indivíduos, como a procriação não planejada, os vínculos matrimoniais e o envolvimento em casos de violência verbal, corporal e material.

Durante a idade adulta, acirraram-se os conflitos com os trabalhadores alemães. O principal motivo era que, como recebiam em divisas¹, os trabalhadores estrangeiros podiam eventualmente trocá-las por moeda estrangeira e, deste modo, ter acesso aos produtos ocidentais, ofertados nas lojas Intershop, os chamados produtos “esquisitos”, no jargão local, que não eram fabricados no território

¹Valutas Mark, “moeda” que poderia ser trocada por outras moedas, possibilidade não fruída pelos alemães-orientais.

socialista. Porém, do salário dos moçambicanos, 40% era retido na fonte, sob a justificativa de que seriam restituídos quando eles voltassem a Moçambique. O valor seria uma previdência para que eles pudessem subsistir nos primeiros anos de regresso e montar seus próprios negócios.

Depois da primeira turma, os grupos seguintes que chegavam à Alemanha eram imediatamente informados de que seriam utilizados como mão de obra em tarefas que os trabalhadores alemães não aceitavam. Ademais, o maquinário socialista era antigo e exigia um número maior de trabalhadores a operá-las. Além dos moçambicanos, a força de trabalho da Alemanha Oriental contou, dentre outras nacionalidades dos outros “países irmãos socialistas”, desde 1960, com poloneses e húngaros e, a partir de 1974, vietnamitas, cubanos e angolanos.

Quando da queda do Muro de Berlim, em 1989, as medidas de expatriação da República Federal Alemã foram unilaterais, ditados por princípios não expurgatórios, mas civil-humanos, em defesa dos imigrantes, que foram imediatamente vítimas de atentados e manifestações xenófobas por parte da população civil alemã. Os contratos de estudo e trabalho, tanto antes quanto após a queda do Muro, selam negociações políticas a fim de resguardar o retorno do

imigrantes a seu país natal. Reenviados ao país natal, apesar da educação internacional e da competência técnica e profissional, os formados da Escola da Amizade não puderam aplicar seus conhecimentos, o país já tinha aderido a uma economia de mercado, neoliberal, e muitos foram incorporados ao *front* da guerra civil.

Palavras finais

A presente análise dos relatos documentais e o cruzamento das informações com diversos autores permitem-nos identificar claramente o caráter ideológico da educação oferecida na Escola da Amizade. Um dos formados, Sergio Clemente Taero, tendo visto que a ideologia e a política estatais de Moçambique tinham mudado nos anos de guerra civil, depois retornado a trabalho à Alemanha, escreve, em seu relato “Ich bin ein Stassfurter” – “Sou um stassfurtiano” - : “*Tornei-me socialista demais para meu país*” (ICMA, 2005).

Os objetivos da construção de identidades estatais, tanto da Alemanha, no caso, a do Leste, e do Moçambique pós-guerra de libertação colonial, possuem muitos pontos em comum que confluíram na chamada Escola da Amizade. Dentre eles, a preocupação em construírem um governo dissociado das políticas racistas, pelo lado

alemão, do III Reich, da URSS, e da permanência das políticas imperialistas e neocoloniais, dos russos e dos governos da coalizão dos aliados ocidentais; pelo lado moçambicano, da colonização portuguesa, decorrente da libertação tardia, e da vizinhança com a África do Sul, relativamente independente do Reino Unido desde 1910 e proclamada república em 1961, cujo sistema de segregação racial legalmente institucionalizado (1948) perdurou até 1991.

O sistema de intercâmbio, porém, sofreu diversas críticas, ainda durante sua implantação. Os professores moçambicanos questionavam o sistema de ensino local que não estava em equidade com o alemão para o subsequente nivelamento e que não tinham material didático conveniente, bem como de que os melhores alunos poderiam não querer retornar ao país de origem, principal objetivo de tal intercâmbio pedagógico. Os objetivos econômicos e financeiros da Alemanha Oriental também perduraram nas discussões dos acordos firmados entre as duas repúblicas. A RDA enfrentava o problema interno de a teoria marxista-leninista já não mais responder aos problemas decorrentes da concorrência com a Alemanha do Oeste, naquele momento com uma política de *Welfare State*, e a produção industrial em um país menos estruturado iluminava um caminho de inserção na disputa global por mercados – a produção de divisas a baixo custo -, questões que

podemos relacionar com a atual conformação do sistema mundial de trocas: enquanto as indústrias pesadas são mobilizadas aos países estruturalmente menos industrializados, as repúblicas mais desenvolvidas, herdeiras do passado colonial e neocolonial, mantêm o oligopólio de educação e pesquisa. A indústria, apesar do disseminado discurso de progresso e desenvolvimento social, evolui *vis-à-vis* a colonização cultural e dependência intelectual e técnica, além da temerosa “fuga de cérebros” dos estudantes que, por falta de estrutura tecnológica, informacional e política, não conseguem desenvolver na prática os saberes adquiridos nos países pós-industriais. Apesar da globalidade dos sistemas de produção e consumo, a educação, a pesquisa, a cultura e as artes mantêm os liames coloniais, agora, presentes na vida intelectual e afetiva dos indivíduos afetados por este processo modernizador planejado centralmente.

Embora ideologicamente socialistas, as intenções tanto do governo da SED –Partido Socialista Unificado Alemão (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands, em alemão) quanto o da FRELIMO foram de elites, sancionando medidas unilaterais e centradas nas relações comerciais entre os países. Devido à vultosa dívida financeira entre a RPM e a RDA, os constrangimentos se intensificaram quando da queda do muro e das medidas, conservadoras e unilaterais, do processo de

reunificação alemã. Paralelamente, o projeto representou uma estratégia de constituição nacional para ambos partidos com problemas de legitimidade frente à população.

Sendo, a princípio, com fins educativos, os jovens foram enviados basicamente para fins produtivos. O retorno destes estudantes se deu quando eles estavam na faixa etária compreendida entre 18 e 20 anos. A mesma faixa etária em que as gerações anteriores migravam para as minas da África do Sul. Estas experiências análogas assumidas nas suas comunidades, em um processo de adaptação às novas formas econômicas implementadas progressivamente na região, como ritos de passagem – pois era nessas viagens que estes jovens conheciam outros grupos longe dos constrangimentos familiares e tribais, namoravam, engravidavam e casavam – para produzirem divisas suficientes, para quando retornassem à terra natal, era para estes jovens, fator de negociação.

A ida a trabalho na África do Sul, apesar de sofrida, propiciava os recursos necessários ao casamento, compra de gado e prosseguimento das atividades tradicionais, além de escapar ao trabalho escravo imposto pelos portugueses, no qual eram vítimas de maus-tratos, durante o período da administração colonial. Os estudantes enviados à RDA, ao retornarem a Moçambique, encontraram o país em

situação calamitosa, o que dificultou sua reinserção na sociedade natal. A situação dos estudantes retornados piorou quando o patrimônio adquirido na Alemanha se esgotou. Neste momento, estas pessoas foram relegadas à indigência, sendo desprezadas principalmente pela mesma elite governamental que os teria enviado à Alemanha.

Estes estudantes passaram por constrangimentos tanto em sua adaptação em Alemanha quanto ao seu retorno em Moçambique. Apesar de, através da educação e do trabalho, almejarem a instauração do *homem novo*, nunca gozaram plenamente da vida civil em ambas as sociedades. Retornados e “reintegrados”, somando sua interpretação nostálgica do estado-nação a um conjunto de referências trazidas desse país do norte, foram desaparecendo, em decorrência do novo estilo de vida que tiveram que assumir na sua sociedade de origem, destruída pela guerra.

Finalizo com o relato de Adevaldo S. F. Banze (2005):

Ah! Bons tempos passei na Alemanha, um país que me acolheu, deu-me esperanças de uma vida melhor com o trabalho, esperanças essas retiradas todas no meu país porque nem indemnizações de um trabalho justo e duro que tive. Apenas desprezo, chamboqueadas e desumanização, sim, porque aqui, sim, nós, os pobres trabalhadores da Alemanha somos e fomos simples escravos dos dirigentes que nos roubaram. A Europa ficou para trás na história de um homem que experimentou a

revolução econômica, na história de um homem que navegou mares de distância para tão longe da sua terra e descobriu a amizade de um povo carismático e trabalhador.

Ah! Tenho certeza, gritam em mim vozes estranhas que falam de regresso, porque o que deixei para trás é uma segunda pátria, a pátria onde minha vida foi feliz com amizade, respeito e dignidade humana. A saudade mora onde há felicidade e a memória sempre guarda um abraço de amizade e amor.

A partir de tal experiência, podemos, talvez, concluir esboçando alguns questionamentos que, embora não sejam novos, poderiam servir para outras reflexões, como por exemplo qual a função da educação e do trabalho na desalienação dos cidadãos e sua indução à participação social, principalmente no concernente ao doutrinamento ideológico? Como perceber quando as ideologias de massa transmutam-se para justificar e legitimar a permanência de grupos no poder? Como negociar as responsabilidades dos jovens decorrentes de decisões unilaterais das cúpulas das gerações anteriores? Como a formação de gerações para os interesses do Estado guarda um vínculo tão estreito com a ideia de progresso social? Acima de tudo, como uma experiência autoritária consegue quebrar laços de confiança, fraternidade e credibilidade nas instituições?

Referências

Abkürzungsverzeichnis: Häufig verwendete Abkürzungen und Begriffe des Ministeriums für Staatsicherheit. Berlin: Der Bundesbeauftragte für die Unterlagen des Staatsicherheitsdienstes der ehemaligen Deutschen Demokratischen Republik: 2007

COLAÇO, J.C. “Trabalho como política em Moçambique do período colonial ao regime socialista”. In FRY, P. (ed.) *Moçambique - ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 pág. 91-108

DÖRING, H.J. „*Es geht um unsere Existenz*“: Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien. Links, Berlin, 1999

_____ et RÜCHEL, U. (organização). *Freundschaftsbande und Beziehungskisten*: Die Afrikapolitik der DDR un der BRD gegenüber Mosambik. Impresso em Ljubljana. Brandes & Apsel, Frankfurt am Main, 2005

GUERRA, H. „*Die Buschmenschen kommen!*“: Trabalhadores moçambicanos na República Democrática Alemã. 2014. No prelo.

_____. *Do RAND à RDA?: Modernização compulsória e práticas sociais e estratégias de mobilidade social.* (Con)textos: revista d'Antropologia i investigació social. Número 3, Barcelona, 2009, pp. 61-83

ICMA. *Moçambique-Alemanha, Ida e Volta: Vivências dos Moçambicanos antes, durante e depois da estadia na Alemanha.* Instituto Cultural Moçambique–Alemanha. Maputo, 2005

SLOTERDIJK, P. *Zorn und Zeit.* Suhrkamp, Frankfurt am Main, 2006